

# Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e subproletarização: elementos para um debate sobre a classe trabalhadora no Brasil

Débora Cristina Goulart\*

**Resumo:**

Este artigo trata da caracterização dos ativistas do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), como parte do proletariado contemporâneo, destacando a potencialidade de resistência do subproletariado urbano e polemizando com a visão hegemônica que trata parte da classe trabalhadora como “trabalhadores informais” e/ou empreendedores individuais.

**Palavras-chave:** Movimento Sem-Teto. Subproletarização. Classe.

## Roofless Workers' Movement and sub-proletarianization: elements for a debate on the working class in Brazil

**Abstract:**

This article attempts to characterize the activists of the Movement of Roofless Workers (MTST) as part of the contemporary proletariat, highlighting the potential for resistance of the urban sub-proletariat and arguing against the hegemonic vision of this part of the working class as “informal workers” and/or individual entrepreneurs.

**Keywords:** Movement of Roofless Workers. Sub-proletarianization. Class.

Nas grandes e médias cidades do Brasil, os movimentos por moradia, têm crescido e gerado inúmeros protestos sociais (Souza, 2011) organizando um setor da população que estaria ausente das mobilizações sindicais, por comporem os chamados “trabalhadores informais”. No entanto, notamos, com muita diversidade, que tais movimentos tem realizado enfrentamentos com os governos em suas diferentes escalas e com um certo grau de radicalidade em suas ações<sup>1</sup>.

---

\*Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa. End. eletrônico: debcgoulart@gmail.com

<sup>1</sup>Destacamos as ocupações de imóveis, interrupção do tráfego em estradas e avenidas, como exemplos destas ações.

Delimitamos o objeto deste trabalho à base social do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) para discutirmos a relação entre a condição de trabalho de base social, em sua maioria de “trabalhadores informais” e a construção de uma luta anticapitalista, como eixo para a reelaboração do conceito de subproletariado. Estariam esses trabalhadores submetidos à exploração do capital? Quais as implicações desta relação para a reconfiguração da classe trabalhadora e sua luta? Estamos ainda tratando do proletariado nos moldes industriais ou impõe-se uma verificação do conceito devido às transformações das relações no mundo do trabalho? Seguindo as trilhas de Marx, uma atualização da categoria proletariado é necessária para melhor definir o conjunto de homens e mulheres que são expropriados dos meios de produção e vendem sua força de trabalho, e que mesmo fora do núcleo da contradição entre capital/trabalho, tem suplantado, na América Latina, o movimento sindical, operário, ou tradicional, como queiramos chamar, na resistência ao capital (Machado, 2009).

Tratamos então de dois elementos fundamentais na constituição desta base social: a condição de sem-teto e sua inserção nas relações de produção capitalista. Quanto à condição de sem-teto, tomamos como referência empírica os dados do déficit habitacional total em 2008, que era de 6.272.645 unidades no Brasil. Esse dado revela como estão as condições de moradia no país, e sob quais condições objetivas constrói-se a identificação entre os sem-tetos e possibilidade de construção coletiva de luta. Trata-se de importante pesquisa como referencial quantitativo, pois adota um conjunto de componentes que formam a categoria de déficit habitacional de maneira bastante apropriada, revelando as condições inadequadas de moradia em situações diversas. Ela permite afirmar que os sem-teto existem, na realidade empírica, como números de déficit habitacional e como indivíduos e famílias em sua rotina cotidiana, mas apenas se constituem como categoria política em sua ação organizada, tornando possível sua análise como movimento coletivo, dotado de identidade, objetivos, métodos de ação, etc., e portanto, como resultado das relações sociais em uma determinada formação social, embora existam empiricamente antes mesmo de sua organização política.

Sobre a inserção da base social do MTST nas relações de produção capitalista, não há um trabalho quantitativo sistematizado. Até o presente momento, há apenas o resultado de um perfil socioeconômico, realizado por estudantes do programa de pós-graduação de Geografia da USP, no acampamento Carlos Lamarca (Osasco)<sup>3</sup>, no qual foram identificadas “situações de emprego ou desem-

---

<sup>2</sup>Segundo pesquisa da Fundação João Pinheiro para o Ministério das Cidades (2009).

<sup>3</sup>Ocupação do terreno em Osasco (Grande São Paulo) ocorre em julho de 2002 e se mantém no mesmo local até janeiro de 2003. Em março deste mesmo ano, ocupam outra área, ainda em Osasco, sendo despejados em setembro de 2003.

prego”, porém, sem a indicação de registro em carteira de trabalho, recebimento de pensão ou aposentadoria. Não há, portanto, menção às relações de trabalho, como extensão da jornada de trabalho, contrato formal ou informal, setor da economia, histórico de emprego/desemprego.

Embora esse perfil tenha sido traçado tendo, como universo de pesquisa quantitativa apenas o acampamento Carlos Lamarca, verificamos que há elementos convergentes que merecem destaque: a presença do migrante, a renda intermitente e muito baixa<sup>4</sup>, a presença de famílias com filhos em maior número, a figura da mulher como chefe de domicílio com filhos, a escolaridade como um fator secundário na obtenção de renda.

Nosso trabalho de doutoramento e outras pesquisas sobre a base social do MTST, considerando, sobretudo, uma metodologia qualitativa (Cloux, 2007; Lima, 2004; Miagusko, 2008; Oliveira, 2010; Hirata, 2010), mostram que sua composição é, majoritariamente, de trabalhadores que não estão no chamado “mercado formal de trabalho”, e são identificados como “trabalhadores por conta própria”.

Utilizando a unidade econômica como foco para a classificação das relações de trabalho, a OIT caracteriza o “trabalho informal” como “produção em pequena escala, pelo reduzido emprego de técnicas e pela quase inexistente separação entre o capital e o trabalho. Tais unidades também se caracterizariam pela baixa capacidade de acumulação de capital e por oferecerem empregos instáveis e reduzidas rendas.” (Silva e Barbosa, s/d). Soma-se a esta concepção o elemento da legalidade, sendo que o setor informal não atenderia as exigências da legislação fiscal, trabalhista e da previdência.

No entanto, nos afastamos das teorias hegemônicas, que advogam que o crescimento do “setor informal” é parte de acomodações do mercado de trabalho decorrente do crescimento da industrialização que não foi capaz de absorver a demanda da população economicamente ativa, formando os “excluídos do mercado de trabalho”, sobretudo nos países periféricos (Soares, 2008).

Esta vertente hegemônica, se põe na superfície das relações de produção, concentrando-se nas esferas de circulação e consumo, vislumbrando a capacidade de geração de renda ou “acumulação de capital”, sem aprofundar a análise do núcleo da relação capitalista que é a valorização do capital através do trabalho produtivo e a expropriação dos meios de produção da classe trabalhadora. Ao

---

<sup>4</sup>A média per capita de toda a população do acampamento foi de R\$ 91,00, ou pouco menos que ½ salário mínimo (em dezembro de 2002 era de R\$ 200,00), enquanto a renda média per capita dos empregados (que auferiram alguma renda em setembro de 2002) foi de R\$ 288,00.

contrário, reconhecemos que há uma mudança estrutural na forma de ser do proletariado e que esta é decorrente da dinâmica da reestruturação produtiva e de suas formas de dominação políticas e ideológicas, necessárias à imposição de medidas neoliberais, visando a contenção da crise iniciada nos anos 70.

Para compreender qual a relação entre o chamado trabalho “informal” e sua relação de subordinação ao capital, é preciso analisar as relações de produção capitalistas como um processo que submete todo trabalhador (ou aquele que vende sua força de trabalho) ao sistema do assalariamento, que vai além do salário em troca da força de trabalho.

Como tentativas de superação da crise estrutural do capital pós-70, no interior das unidades produtivas, com a introdução do toyotismo, se desenvolve uma estrutura mais flexível de acumulação através da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho, que desconcentra as unidades produtivas, intensificando a tercerização e recoloca o trabalho polivalente, multifuncional. Isto somado à entrada em larga escala de tecnologia computadorizada na produção gera a diminuição do capital variável em relação ao capital fixo, aumentando assim a produtividade.

Daí, o desemprego estrutural se alimentar de dois mecanismos aparentemente contraditórios: a desproletarização do trabalho industrial com a redução dos trabalhadores nas fábricas e o aumento do subproletariado, principalmente no setor de serviços, com trabalho precário, parcial, mal remunerado, mais feminino, que exclui os jovens e idosos, causando uma heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (Antunes, 1995).

O resultado da implantação desta nova organização do trabalho tem como finalidade a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, com repercussões imediatas como, desregulamentação dos direitos do trabalho, fragmentação, precarização e tercerização da força de trabalho.

No Brasil, este conjunto de mudanças se iniciou no final dos anos 1980, trazendo uma vaga de desindustrialização e aumento do setor de serviços, que fez crescer o chamado “trabalho informal”. Porém, é preciso diferenciar suas formas de inserção na produção e verificar qual sua validade para o capital quando não há relação empregatícia legal.

A ideia de que a existência de uma superpopulação relativa de trabalhadores em relação aos postos de trabalho é recente, é tão falsa quanto a afirmação de que os trabalhadores se constituíram como homens livres. Marx já destacava, ao discutir a acumulação originária do capital, que a massa de trabalhadores “livres” surgiu da separação forçada com seus meios de produção (Marx, s/d). Além da força de trabalho necessária ao capital para sua valorização pelo aprisionamento dos recém-proletários ao sistema de assalariamento, o capitalismo criou também

uma superpopulação de força de trabalho não absorvida pelas fábricas, a que Marx chamou de lumpen-proletariado,

[...] vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, *lazzaroni*, punguistas, trapaceiros, jogadores, *maquereaus*, donos de bordéis, carregadores, *literati*, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de facas, soldados, mendigos – em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada [...] (Idem, 1995: 366)

O lumpen-proletariado (des)agrega todos aqueles que não se somam aos desempregados que formam o exército industrial de reserva e que estão mobilizados para serem consumidos pelo capital, quando este tiver necessidade. O fato de estar “à disposição” do capital no mercado de trabalho, é o que diferencia o exército industrial de reserva do lumpen-proletariado, sendo que este último, não se insere no mercado e não tem intenção de fazê-lo, como mostra Marx, ao “listar” as ocupações daqueles que o compõe. São elementos importantes para a definição do sentido do lumpen-proletariado para Marx, a desvalorização moral do trabalho, a utilização de formas de sobrevivência imediata e o individualismo extremo. Em outras passagens, Marx deixa clara a conotação de atividades de pilhagem, roubo e crime que envolvem o lumpen-proletariado:

[...] tanto em seus métodos de aquisição como nos seus prazeres, não passa do renascimento do lumpen-proletariado nas culminâncias da sociedade burguesa [...] repetia-se em todas as esferas, [...] a mesma prostituição, a mesma fraude descarada, o mesmo afã de enriquecimento, não mediante a produção, mas por meio da escamoteação da riqueza alheia, já criada. (Idem, s/d: 114)

Com esta caracterização, Marx não atribuía ao lumpen-proletariado qualquer força revolucionária, pelo contrário, desconfiava de sua instabilidade política que tendia às forças conservadoras e reacionárias devido à sua condição miserável:

esse produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade, pode por vezes ser arrastado para o movimento por uma revolução proletária; no entanto, as condições de vida dispô-lo-ão antes a vender-se à reação para servir as suas manobras. (Idem, 1978: 49)

Diferente do lumpen-proletariado, o exército industrial de reserva é parte do proletariado, que se divide em população excedente líquida: contingente que se movimenta entre empresas, com um interregno de desemprego, sendo, portanto, uma reserva móvel de força de trabalho. A segunda parte da população excedente é a latente, formada por agricultores, moradores da área rural, em vias de irem para a cidade, impulsionados pelas condições no campo, como a

mecanização agrícola, ou pela promessa de maior renda. Há ainda, a população excedente estagnada que

forma parte do exército ativo do trabalho, mas com ocupação inteiramente irregular. Ela oferece assim ao capital uma fonte inesgotável de força de trabalho disponível. Seu padrão de vida cai abaixo do nível normal da classe trabalhadora e é exatamente isso que a torna uma ampla base para ramos de exploração específicos do capital. *Caracterizam-na o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário.* (Marx apud Singer, 2000: 11, grifo nosso)

A superpopulação relativa que forma o exército industrial de reserva tem como finalidade garantir a valorização do capital através da diminuição dos custos da força de trabalho com o uso do mecanismo do trabalho irregular, sendo este último um recurso próprio do capitalismo como uma contratendência à Lei da Baixa Tendencial da Taxa de Lucro. Porém, a população excedente estagnada se caracteriza exatamente pelos que tem algum tipo de ocupação fora da oficialidade das leis trabalhistas, não estão em situação de desemprego, porque já desistiram de procurar e se submetem a longas jornadas de trabalho, por uma remuneração instável. Este grupo de trabalhadores sempre existiu, mas passou recentemente a ser denominado como “trabalhadores informais” ou com um caráter claramente ideológico de “empreendedores”.

É o caso da pesquisa sobre Economia Informal Urbana (Ecinf) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 2003, que considera a “empresa informal” como unidade de produção, e ainda exclui os trabalhadores domésticos, mesmo pertencendo ao setor informal, por estarem incluídos na Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD) e a “população de rua”, pois o “espectro desta (pesquisa) se reduz ao conjunto de práticas econômicas “socialmente aceitas”, levadas a efeito por indivíduos domiciliados.” (IBGE, 2005)

Ao excluir da amostragem a “população de rua” e os trabalhadores domésticos de uma pesquisa que pretende ser um quadro geral do setor informal no Brasil urbano, além de gerar números inferiores da “informalidade”, traveste a noção de “trabalho informal” e o torna sinônimo de “empresa informal”. Numa avaliação errônea das relações que se estabelecem entre atividades informais e produção capitalista, tais atividades estão excluídas da acumulação capitalista, apesar de comporem o movimento do capital e participarem da renda gerada por ele. Ideias como esta impedem o desvendamento da convergência entre “trabalho informal” e crise estrutural do capitalismo. A existência da população excedente de força de trabalho é parte constitutiva da dinâmica capitalista como alavanca da acumulação de capital, pois a demanda de trabalhadores desempregados ou com trabalhos irregulares realiza uma pressão sobre o preço da força

de trabalho, diminuindo seu valor e, conseqüentemente, aumenta a mais-valia. Esta relação entre a população excedente e a valorização do capital, que tem como um dos elementos a realização de trabalhos irregulares não vinculados diretamente à produção da mais-valia, sempre esteve presente no movimento da força de trabalho disponível para o capital e se manifestava como supérflua, às margens da gestão da força de trabalho fabril.

No entanto, alguns autores, como Tavares (2004) e Soares (2008), identificam uma “nova informalidade”. Para Maria Augusta Tavares (2004), esta nova informalidade é decorrente da adequação das relações de produção capitalistas para conter a crise do capital, com a introdução da reestruturação produtiva, acumulação flexível acompanhadas das políticas neoliberais de desregulamentação do mercado, liberalização comercial, privatização, retirada de direitos conquistados pela classe trabalhadora, com a flexibilização da legislação para aumentar a exploração da força de trabalho. No caso do “trabalho informal” que está na esfera da produção, ou seja, quando o trabalhador estiver realizando um trabalho produtivo, ocorre a extração de mais-valia, mesmo que a relação de compra da força de trabalho não ocorra de forma explícita, pois o sistema salarial é o orientador das negociações e ocorrerá a subsunção do trabalho ao capital, que na “nova informalidade” apresentam-se de diferentes maneiras, como

Primeiro, o capital subsume as formas de organização da produção “antigas” assim como elas são; segundo, *o produtor atua como empregador de si mesmo*; terceiro, o controle do processo de trabalho compete ao capital, apesar da relativa autonomia do trabalhador; quarto, o capital intensifica a estratégia de ampliação da extração da mais-valia, através da elevação da jornada de trabalho; quinto, o objetivo maior da produção é valorizar o capital, estando a forma de trabalho incluída e transformada em capital (Soares, 2008: 137)

Trabalhos improdutivos, não vinculados diretamente à valorização do valor, mas necessários para que este processo se realize, também podem ser “informais” e engrossam a “nova informalidade” subordinando de maneira funcional os trabalhadores à produção capitalista, sobretudo em atividades de sobrevivência (Soares, 2008). O nexos entre capital e trabalho expresso pela “velha” ou pela “nova informalidade”, realizando trabalho produtivo ou improdutivo, que a denominação de trabalhador informal não define sua condição, pois como vimos, a chamada “informalidade” está cada vez mais inserida na dinâmica de acumulação do capital, seja no trabalho produtivo ou improdutivo. Uma definição que corresponde ao processo de alterações nas relações de trabalho capitalistas é a de subproletariado. Porém, esta definição não é inequívoca e já recebeu diferentes significados.

Em 1976, Singer afirma que o subproletariado é formado por aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais” (Singer, 1981: 22), estabelecendo critérios de ocupação e renda, define que subproletários são aqueles que tem renda de um salário mínimo per capita e metade dos que tinham renda de até dois salários mínimos per capita e conclui que “trabalhadores [estão] destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes” (Idem: 83).

Machado trata de movimentos populares formados por “subproletários” e “semiproletários”, os que estariam fora do núcleo da relação capital/trabalho, e define como subproletários, trabalhadores urbanos

assalariados de baixa renda (...), autônomos de baixa renda (...) e não-remunerados (pessoas que trabalham para os produtores simples de mercadoria). O que diferencia o proletariado do “subproletariado” é sua inserção mais ou menos regular no mercado de trabalho e nível salarial. Acrescentamos, ainda, a falta de organização política e sindical, algo comum entre os trabalhadores “subproletarizados”. (Machado, 2009: 6)

Percebemos que Paul Singer e Eliel Machado adotam como critérios de fração de classe (o subproletariado) a renda e ocupação, somado a um elemento político de “condição de participação na luta de classes” e “falta de organização política e sindical”, que nos parece inadequado por seu caráter conjuntural. Paradoxalmente, no mesmo texto em que Machado define o subproletariado, ele mostra a importante aparição no cenário político de movimentos populares anticapitalistas cuja base é formada por subproletários.

Antunes, por sua vez, caracteriza como subproletariado o “proletariado em tempo parcial” (1999: 200), “[...] temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados à ‘economia informal’ (Idem, 1995: 44) [...] porque é o proletariado precarizado no que diz respeito às suas condições de trabalho desprovido dos direitos mínimos do trabalho” (1999: 200). E citando Alain Bihr, acrescenta também como elementos da subproletarização, a ausência de proteção sindical e a tendência à individualização da relação salarial (1995: 44).

Esta definição é adequada, embora ainda incompleta, por tratar das condições do trabalhador nas novas formas de trabalho na sociedade capitalista, mostrando como esta situação o leva a um isolamento, tanto na relação salarial, pela desassistência jurídica e sindical, quanto na perda da solidariedade possível na intersubjetividade com os outros trabalhadores, que antes eram parceiros da mesma situação objetiva. Uma definição mais apropriada da subproletarização deve levar em conta, em primeiro lugar, que este processo é uma tendência cres-



cente vinculada às transformações no âmbito da produção capitalista como a reestruturação produtiva e o desemprego estrutural. Ademais, precariza a materialidade da reprodução da força de trabalho, transformando em subproletário, todo trabalhador que depende da venda de sua força de trabalho de forma explícita, com o trabalho produtivo e a valorização do valor, ou de forma camuflada, com o trabalho improdutivo pela regulação do sistema de assalariamento, inseridos em condições precárias de trabalho e remuneração, instabilidade da atividade laborativa, jornadas ampliadas e direitos do trabalho negados.

Por último, a competitividade entre os trabalhadores isolados, sem representação sindical e sem proteção trabalhista legal, leva a uma extrema individualização das ações que buscam minimizar a brutalização do trabalho diário. Por outro lado, a necessidade do aumento da renda pode levar à inserção em atividades ilícitas, não como atividade principal, mas secundária e periférica na vida destes trabalhadores.

O crescimento do subproletariado criou uma “zona” intermediária entre o proletariado produtivo e/ou improdutivo, inserido nas relações contratuais de trabalho, conhecido como proletariado tradicional e o lumpen-proletariado, que garante sua sobrevivência fora dos limites do sistema de assalariamento e das normas legais de “conduta”, vinculado prioritariamente à criminalidade e, consequentemente à violência social explícita.

A reconfiguração da classe trabalhadora, portanto, nos leva a pensar que devemos reconsiderar a visão que Marx tinha do lumpen-proletariado como um estrato espúrio da sociedade. Embora não nos caiba discutir em profundidade este trânsito dos trabalhadores entre as frações da classe trabalhadora no âmbito deste trabalho, mas é importante destacar sua existência, pois vemos que a precarização do trabalho se expressa espacialmente na cidade capitalista, sendo que o local de trabalho, agora se mistura, cada vez mais, ao lugar da vida, reafirmando que não há separação entre o local da reprodução das condições de existência da força de trabalho e da reprodução das relações sociais de produção.

Mergulhados em condições brutais, em que o dia é longo e a vida, curta, subproletários, lumpesinato, ora um, ora outro, na maioria do tempo ambos, seriam sujeitos transformadores de sua própria realidade, como indivíduo e humanidade? Nossa resposta é positiva, mas não sem considerações sobre suas potencialidades e limitações, principalmente salientando o necessário diálogo entre as frações da classe trabalhadora. Tarefa que não tem sido fácil, considerando a “crise do movimento operário” (Bihl, 2001). Para além do “coro de vitória do capital”, presente nos debates teóricos e nas plataformas eleitorais, há “razões para não se desesperar”. A sociedade continua dividida em classes e aprofunda a exploração e dominação capitalistas, o que causa a luta dos trabalhadores, como

luta histórica (Bihl, 2001). E é “exatamente a vitória do capital no final do século XX que reatualiza a necessidade do socialismo no século XXI” (Iasi, 2006: 565).

A luta de classes é constituinte da dinâmica do capitalismo e enquanto houver classes, o confronto será inevitável. Por isso, para nós o surgimento e o rápido crescimento do MTST, expressa a luta de classes no Brasil partindo da configuração de uma nova classe trabalhadora, como discutimos, subproletarizada. Impulsionada pelo MTST, a formação da Frente de Resistência Urbana em nível nacional reunindo movimentos de moradia que se postulam como anticapitalistas reforçam nossa hipótese da construção de movimentos populares no Brasil, que tem apostado na organização dos trabalhadores em condição de subproletarização para uma luta anticapitalista.

### **Bibliografia**

ANTUNES, Ricardo (1995). *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp.

\_\_\_\_\_. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

AZEVEDO, Tarik Rezende et al. (2003) Perfil socioeconômico básico da população do acampamento Carlos Lamarca – Osasco (SP). GEOUSP: *espaço e tempo: Revista da pós-graduação em geografia São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 129-141.

BIHR, Alain (1998). *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo.

BRASIL (2009). Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. *Déficit habitacional no Brasil 2007*. Brasília, DF.

CLOUX, Raphael Fontes. *O Movimento dos Sem Teto de Salvador e a Mídia: trajetória, mobilização social e conflitos*. Disponível em: [http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc\\_scp-raphael.pdf](http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc_scp-raphael.pdf). Acessado em: 05 jul. 2010.

HIRATA, Francine (2010). *Os movimentos de moradia em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

IASI, Mauro Luis (2006). *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2005) Economia informal urbana: ENCIF 2003. Rio de Janeiro: IBGE.

- LIMA, Sonia Lucio Rodrigues de (2004). *Metamorfozes na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MACHADO, Eliel (2009). Lutas sociais e movimentos populares na América Latina: notas para um debate. In: *Anais do VI Colóquio Internacional Marx Engels*, Campinas: Unicamp, p. 1-9.
- MARX, Karl (1978) *O manifesto do partido comunista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_ (s/d). A chamada acumulação original. In: *O capital*. Capítulo XXIV. s/d, Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/index.htm>. Acesso em: 15 maio 2009.
- \_\_\_\_\_ (s/d). As lutas de classe na França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, v.1, p.93-198, s/d.
- \_\_\_\_\_ (1995). *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural.
- MIAGUSKO, Edson (2008). *Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, H. C. (2001). *Organização do movimento popular urbano: o caso do MTST*. Monografia de conclusão de curso - Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.
- OLIVEIRA, Nathalia Cristina (2010). *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- RODRIGUES, Cibele Maria (2002). *Daqui não saio, daqui ninguém me tira: estudo de caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), para além da dicotomia entre identidade e estratégia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife.
- SILVA, Jailson de Souza, BARBOSA, Jorge Luiz. O sentido do trabalho Informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.iets.org.br/biblioteca/O\\_sentido\\_do\\_trabalho\\_informal\\_na\\_construcao\\_de\\_alternativas\\_socioeconomicas\\_e\\_o\\_seu\\_perfil\\_no\\_RJ.PDF](http://www.iets.org.br/biblioteca/O_sentido_do_trabalho_informal_na_construcao_de_alternativas_socioeconomicas_e_o_seu_perfil_no_RJ.PDF)>. Acesso em: 17 maio 2010
- SINGER, Paul. (1981) *Dominação e desigualdade*. São Paulo: Paz e Terra.

- \_\_\_\_\_ (2000). Trabalho Informal: Origens e Evolução. In: JAKOBSEN, K.; MARTINS, R. e DOMBROWSKI, O. (Orgs.). *Mapa do Trabalho Informal*. São Paulo: CUT/Perseu Abramo, p. 11-12.
- SOARES, Marcos Antonio Tavares (2008). *Trabalho Informal: da funcionalidade à subsunção ao capital*. Vitória da Conquista: Uesb.
- SOUSA, Cleidiane Novaes. (2009) Trabalho “Informal”: alavanca e condição de existência da acumulação capitalista. In: *Anais do VI Colóquio Internacional Marx & Engels*. Campinas: Unicamp, p. 1-7.
- SOUZA, Davisson C. C. (2011). Lutas Sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 25/26, p. 191-206.
- TAVARES, Maria Augusta (2004). *Os fios (in)visíveis da produção: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez.